 **SOS PRISÕES**

**Ex.mos. Senhores**

**Provedor de Justiça; Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça; Ministro da Justiça1;**

**C/c**

**Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da A.R.; Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados; Comissão Nacional para os Direitos Humanos**

**Lisboa, 19-01-2013**

**N.Refª n.º 11/apd/13**

Outras refªs

**Lisboa, 12-12-2012**

**N.Refª n.º 192/apd/12**

**Lisboa, 07-12-2012**

**N.Refª n.º 190/apd/12**

**Assunto**: negligência de segurança em Ponta Delgada (III)

Augusto Filipe Cabral Dinis

Luís Carlos Franco Melo

Mário Paulo Silva Morgado

Mário Gomes (ameaçado de morte)

Nuno Miguel Medeiros Sousa

Pedro Tiago Sousa Silva

Pedro Alexandre Lima

Ruben Lima Moniz

Rui Rocha (depois de vir do hospital com 5 pontos na cabeça, por embater em objecto contundente após ser esbofeteado pelo companheiro deixado “à solta” na cadeia) e mais umas dezenas de presos encarcerados em Ponta Delgada, organizam para hoje, sábado, ao jantar, um levantamento de rancho, em protesto contra o director e o chefe de guardas, alegadamente incapazes de (ou voluntariamente desvinculados em, quem sabe?) manter a segurança dos reclusos, por se recusarem a impedir (e negarem a tomar conhecimento de) as brutalidades a que se dedica um dos presos, contra os acima assinalados (que vieram sucessivamente ao telefone dar os seus nomes, por serem aqueles que estavam na ocasião ali perto. Muitos outros estariam dispostos a fazer o mesmo, asseguraram).

Bexiga foi anteriormente identificado por inspectores acreditados como sendo o nome do agressor que, de facto, nunca teria agredido ninguém e será mesmo uma pessoa bem vista pela chefia. Também não teria havido nenhuma queixa contra ele. Do ponto de vista de um dos inspectores, “carece de plausibilidade a alegação de intimidação do corpo da guarda” por conhecimento directo adquirido anteriormente. O outro inspector diz que o comportamento de Bexiga é de tal molde que “um outro recluso, após alegar comportamento incorrecto daquele recluso, não confirmou o mesmo e já solicitou à chefia de vigilância para se mudar para a camarata do recluso Bexiga, o que já foi satisfeito”.

A ACED não sabe o nome do agressor compulsivo. Apenas regista que ambos inspectores terão podido identificá-lo, apesar de ele não ser agressor. Resta saber como o identificaram, então. E como pareceu compreensível, ao segundo inspector citado, a surpreendente intimidade entre acusador e acusado.

A vantagem de haver inspecções paralelas é a de se poder ver – quando a informação nos é oferecida – como a mentira é uma moeda corrente nas prisões. Das duas uma: ou houve ou não houve queixas contra Bexiga. Se houve queixas não pode não ter havido queixas. Não tendo havido queixas, porque seria o Bexiga o alvo das queixas chegadas à ACED? E porque razão alguém – a menos que tenha vontade de se humilhar – pede para ir viver com a pessoa que acabou de acusar e depois decidiu omitir e negar essa acusação, tudo com a supervisão e aquiescência da segurança local e da inspecção externa?

A ACED não sabe o que se passa no presídio de Ponta Delgada. Mas sabe que os inspectores que fizeram as inspecções referentes às queixas anteriores também não podem saber o que se passa – embora não esteja em condições de afirmar que poderiam saber mais, pode dizer que os relatórios de inspecção em causa são objectivamente cúmplices de práticas estranhas, por as encobrirem, quando parece evidente haver informação inconsistente e errada a circular.

O problema é grave, para a qualidade das inspecções. Já que tantas vezes a descoincidência entre as informações que nos chegam (através de queixas) e aquelas que são apuradas pelas inspecções é grande. E quando se presume preconceituosamente quem está a mentir, o erro não diminui por causa disso. O erro só diminuirá quando houver intenções e métodos para descobrir as verdades. O que certamente encontrará a barreira do trabalho necessário para derrotar o silêncio prisional clássico, neste momento claramente vitorioso.

É nossa percepção, pela conversa havida com os queixosos, haver uma determinação um pouco exaltada para pôr um fim à situação de agressão latente, ameaças radicais e escaramuças que se arrasta pelo menos há um mês. A ACED reclama para que a segurança dos presos seja assegurada, como é obrigação do Estado, na cadeia de Ponta Delgada, o que está certamente longe de ser o caso.

A Direcção